

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT11.015

## O QUE FAZ UMA ESCOLA SER INCLUSIVA?

Denise Schittine<sup>1</sup>

### RESUMO

O que faz uma escola ser inclusiva? Esta é uma pergunta que vem desafiando educadores, gestores, pais e comunidades. Uma escola inclusiva não é feita apenas da inclusão no espaço físico — rampas e banheiros adaptados — ela é muito mais do que isso. A escola deve ser inclusiva também em termos atitudinais, evitando os preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações. A inclusão não é apenas estar junto, mas estar com, portanto supõe a interação com o outro e educa o aluno para entender a diversidade comum à vida do lado de fora da escola. Estruturar uma escola inclusiva não é fácil uma vez que os desafios materiais e culturais são enormes, mas cabe à comunidade escolar começar com um bom projeto pedagógico baseado em profunda reflexão e na escuta das necessidades dos alunos e famílias. A partir daí, as práticas pedagógicas precisam ser revistas com o objetivo de fazer com que todos se beneficiem e aprendam. O mais importante é ter um grupo de gestores e professores dispostos a corrigir a rota se possível e a aprender a rever posições sempre que for necessário e a pedir ajuda de profissionais especializados com o intuito de realizar parcerias para a melhor adaptação possível para as necessidades individuais de cada aluno. Mais do que isso, é preciso preparar o ambiente social e escolar para receber, garantir o aprendizado e o acesso de todos os alunos independente das dificuldades, necessidades, características, habilidades e diferenças que tenham.

**Palavras-chave:** Escola inclusiva, Direitos de inclusão, Acessibilidade atitudinal, Parcerias profissionais.

1 Doutor em Letras pelo Curso de Literatura Brasileira de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio, RJ, [dschittine@yahoo.com.br](mailto:dschittine@yahoo.com.br); graduada em Formação Pedagógica em Pedagogia, da UNIASSELVI.

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo os alunos com deficiência eram colocados à margem da estrutura escolar ou eram atendidos por instituições especiais em separado. Um dos grandes desafios da escola que sonhamos para o futuro é a possibilidade de inclusão desses alunos, qualquer um deles: dos com enormes dificuldades aos que não possuem uma dificuldade aparente, mas ela está lá. E a inclusão é mais desafiadora do que simplesmente integrar o aluno, ou seja, apenas inseri-lo no contexto escolar. Incluir deve garantir acesso, permanência e participação de todos os alunos nas atividades da escola.

No Brasil há uma série de leis que garantem a inclusão. A começar pela Constituição de 1988, que prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos sem preconceito de origem, raça, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Ou a lei nº 7.853/89 que designa como crime suspender, adiar, recusar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência em qualquer curso ou nível de ensino, seja público ou privado. Ou até o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garante direito e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito. Em 2001, a CNE/ CEB 02, que afirma que os sistemas de ensino precisam matricular todos os alunos, fazendo com que as escolas se organizem para atender os educandos com necessidades educacionais especiais. O Plano Nacional da Educação (PNE) lei nº 10.172 estabelece objetivos e metas para que os sistemas de ensino defendam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Diminuindo o déficit da oferta de matrículas para alunos com deficiência nas escolas comuns do ensino regular, priorizando a formação docente, a acessibilidade física e o atendimento educacional especializado.

Fato é que mesmo diante da pressão de leis e programas, as escolas continuam recebendo os alunos, mas perdidas em relação ao que fazer com eles. Muitos professores se blindam com o diagnóstico que recebem de seus alunos e deixam de lado a avaliação pedagógica que é fundamental fazerem no dia a dia para evitarem olhar esses sujeitos e processos educacionais pelos seus limites e não pelas suas possibilidades. Esta visão é resultado de uma escolha muito mais próxima da vertente médico-pedagógica do que da psicopedagógica. Segundo a pesquisa de Enicéia Mendes essas duas vertentes comandaram a educação especial no Brasil "a primeira sendo mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas

escolares e a segunda vertente, a que não independe do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos” (2010, p. 94). O desafio é fazer com que o professor pense as possibilidades daquele aluno específico para além dos limites impostos pelo diagnóstico.

Segundo Maria Teresa Mantoan, professora da Unicamp e uma das maiores especialistas em educação inclusiva, uma escola que busque a inclusão começa pela reflexão de seu projeto político pedagógico. Algo que deve ser pensado com toda a equipe escolar, incluindo a participação ativa dos pais. O processo de inclusão, aceitação e adaptação do aluno não deve ser algo restrito apenas ao professor especialista ou às salas de Atendimento Educacional Especializado, ele deve ser pensado como um todo e levando em consideração o processo de aprendizado de cada aluno.

Mas não é apenas isso, os professores e a equipe também têm o desafio — consigo mesmos e com os outros alunos — de evitar a exclusão como uma forma de *bullying*. É normal que os alunos reajam de forma negativa diante de uma situação (pessoa) desconhecida. O professor e a equipe devem esclarecer os alunos por meio de exemplos, conscientizá-los e impor limites das reações. Em geral, as atitudes que geram exclusão são resultado da falta de conhecimento sobre as deficiências, sejam elas físicas ou intelectuais, e em boa parte, fruto de um preconceito trazido de casa. A inclusão permite a todos viverem a experiência da diferença e traz para a escola a experiência que as crianças vivem na vida do lado de fora.

Muitos autores clássicos já trabalhavam com a perspectiva da inclusão escolar. Froebel destacava um ensino mais produtivo e ao visitar uma escola de Pestalozzi “aprofunda seus estudos e cria um sistema de educação especial com materiais e jogos específicos, simples e eficazes, [...] ganhando um aspecto lúdico e concreto.” (RODRIGUES, 2008, p. 14). Maria Montessori também criou um método de ensino para as crianças com materiais didáticos simples, mas muito atraentes e projetados para provocar o raciocínio. Alguns deles são usados até hoje como o material dourado, um recurso especial para auxiliar no ensino da matemática. Apesar de toda esta revolução pedagógica, a inclusão de crianças na escola continuava sendo uma dificuldade.

Neste trabalho vamos mostrar nossa observação de uma turma de 13 alunos, dos quais sete eram considerados atípicos em uma escola que trabalha com Ciclos de aprendizado, portanto uma turma com crianças entre sete e nove anos de idade. O Espaço Cria se propõe a incluir as crianças e fazer um traba-

lho de adaptação, inclusão e aceitação dos alunos. O trabalho foi desenvolvido durante o tempo de estágio na escola usando como metodologia a observação do trabalho dos educadores e entrevistas.

Para analisar se a escola logra trabalhar numa perspectiva inclusiva, vamos observar algumas características que o pesquisador Romeu Kazumi Sassaki, baseado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Entre elas ambientes flexíveis de aprendizagem, acessibilidade e novas formas de avaliação escolar. Sassaki também defende que existem seis dimensões de acessibilidade que toda escola inclusiva deve ter: arquitetônica, comunicacional, programática, atitudinal, metodológica e instrumental. São estes os referenciais teóricos além dos autores clássicos já mencionados acima, os textos de base internacionais como Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Jomtien, Declaração de Salamanca e Declaração de Guatemala, além das leis e diretrizes no Brasil que garantem a inclusão na educação.

Usaremos também a entrevista dada pela educadora Maria Teresa Égler Montoan para o site da *Nova Escola*, uma das maiores defensoras da educação inclusiva e críticas das denominadas escolas especiais.

A conclusão é que mesmo numa escola particular com total interesse em inclusão dos alunos, nem todas as perspectivas e exigências para torná-la completamente inclusiva são cumpridas. Não apenas por ainda serem complicadas na situação brasileira, mas porque exigem sempre novas conversas e adaptações entre equipe, pais e alunos. É um processo de erros, acertos e eterno movimento e reavaliação.

## **POR ONDE COMEÇA A INCLUSÃO NA ESCOLA?**

Em termos legislativos e de garantia de direitos o Brasil vem avançando desde o cumprimento do artigo 205 da Constituição Federal que institui a educação como direito de todos. De lá para cá há uma caminhada árdua para retirar as crianças com necessidades especiais da zona de exclusão, na qual não eram sequer integrados na sociedade e no convívio com outras crianças. Passando pela segregação, em que as crianças são isoladas e recebidas por instituições de atendimento especializado sem frequentarem as escolas regulares. Até chegar à situação que ainda vivemos hoje de muitas formas: a integração. A integração é uma inserção no contexto escolar, mas que ainda não inclui este aluno. A inclusão leva em conta as necessidades de todos os alunos e a diversidade,

garantindo acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características, necessidades, diferenças e habilidades.

Alguns passos importantes foram tomados quando em 2004, por exemplo, foi aprovada a lei nº 10.845 que garante o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas portadoras de deficiência, para universalizar o atendimento especializado de alunos com deficiência cuja condição ainda não permite a integração em classes comuns de ensino até garantir, progressivamente, sua participação no ensino regular. Em 2007 por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a lei nº 6.094 tem como pontos principais o fomento da formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recurso multifuncionais para que os alunos possam trabalhar no contraturno, a acessibilidade arquitetônica das escolas, o ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior. Em 2011 instaura-se pelo decreto nº 7.612 o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. No mesmo ano, a meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) sugeria universalizar o atendimento escolar para alunos com deficiência dos quatro aos dezessete anos de idade para alunos com altas habilidades ou superdotação e transtornos globais de desenvolvimento na rede regular de ensino garantindo atendimento educacional especializado.

As políticas públicas continuam pressionando as escolas públicas e particulares em direção a uma postura mais inclusiva, mas os avanços no Brasil ainda são tímidos. Dados recentes do *Censo Escolar 2023* mostram que por volta de 1,6 milhões de alunos brasileiros que seriam destinados a Educação Especial estão matriculados em classes comuns, mas este número só destaca a importância de o país ter mais escolas inclusivas com ambientes escolares adequados. Dados do Censo mostram que 50 % das escolas têm banheiros adaptados e apenas 23% possuem salas com atendimento especial. Os apontamentos no início do século XXI ainda são o desafio da formação de professores, os modelos de avaliação, os ambientes escolares e as atitudes inclusivas (NAVELAIKO, 2024, s/p). Já em 2005, Maria Teresa Eglér Mantoan explicava que o processo de educação inclusão no Brasil caminhava devagar:

O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, que não substitui o ensino regular. Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir

a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, principalmente em deficiência mental. (CAVALCANTE, 2005, s/p).

Como observamos acima, a maioria das escolas da rede não recebe apoio pedagógico ou verba para garantir o atendimento especializado. A melhor opção, nesses casos, é fazer parcerias com entidades de educação especial disponíveis na maioria das redes. A direção tem que ser ativa e exigir dos dirigentes o apoio previsto por lei. A escola particular pode contar também com o serviço especializado por meio de parcerias e deve oferecê-lo sem ônus para os pais.

## QUAIS OS PASSOS PARA SE CONSTRUIR UMA ESCOLA INCLUSIVA?

Segundo Maria Teresa Montoan (2005) tornar uma escola inclusiva começa pela reflexão que provavelmente vai gerar mudanças substanciais no Projeto Político Pedagógico, a base do pensamento e dos conceitos de uma escola. A inclusão não é apenas arquitetônica, com rampas e banheiros adaptados, mas deve ultrapassar isso para influenciar nas atitudes de alunos, professores e comunidade. A revisão das práticas pedagógicas precisa ser feita e corrigida de tempos em tempos levando em consideração as particularidades dos alunos, sejam eles com ou sem deficiência. "Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com suas condições." (CAVALCANTE, 2005, s/p). A ideia é oferecer qualidade à permanência destes alunos com o apoio e a mudança de comportamento da comunidade escolar.

Sobre acessibilidade Romeu Sasaki acredita que se acessibilidade for projetada sob os princípios do desenho universal, ela é capaz de beneficiar não apenas pessoas com deficiência, mas todas as pessoas. Ele divide em seis as diferentes dimensões de acessibilidade: a arquitetônica, ou seja sem barreiras físicas; a comunicacional, para evitar a falta de comunicação entre as pessoas; a metodológica, que deve evitar barreiras nos métodos de lazer, trabalho e educação; instrumental, sem obstáculos nos instrumentos ferramentas e utensílios; programática, sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações e normas; e finalmente atitudinais, contra o preconceito, estereótipos, estigmas e discriminações no comportamento da sociedade para pessoas que têm deficiência.

Para destacar um exemplo dado por Sasaki sobre a dimensão de acessibilidade metodológica no campo da educação, ele destaca que todos os

participantes da comunidade escolar devem estar a par e capacitados em relação à Teoria das Múltiplas Inteligências. O que mostra que cada aluno vai conseguir se desenvolver melhor levando em consideração a inteligência na qual tem mais facilidade, são elas: naturalista, linguística, lógico-matemática, interpessoal, corporal-cinestésica, musical, existencial, visual-espacial, intrapessoal.

Ensino e aplicação dos 15 estilos de aprendizagem; aprendizado e aplicação da teoria das inteligências múltiplas; utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais etc. [...] Em todas as aulas e nas atividades extraclasse, os alunos estarão valendo-se da combinação única de suas oito inteligências para aprender, realizar trabalhos, interagir socialmente, os técnicos, em especial os psicólogos, devem também trabalhar com as inteligências múltiplas de si mesmos e para os alunos e familiares. (SASSAKI, 2009, p.4).

Isso mostra a importância de ter uma equipe azeitada entre técnicos, psicólogos, professores e profissionais de atendimento educacional especializado. O papel do professor é ser regente de classe e, portanto assessorar os alunos, trabalhar os conteúdos, cuidar para que o conteúdo chegue a todos. Mas ele não precisa ser um especialista em deficiência, esta responsabilidade é da equipe de atendimento especializado — por exemplo o especialista em libras ou em braille. Mas o ideal é que exista uma parceria entre estes profissionais para que a criança possa aproveitar plenamente o aprendizado em sala de aula.

Há um plano de AEE que deve ser diferenciado e feito para cada aluno, levando em conta suas necessidades, mas principalmente as suas possibilidades de aprendizado. E ele não deve ser feito em cima de um diagnóstico clínico porque a deficiência não é a única identidade desse sujeito. Não basta saber o nome da síndrome ou espectro que o aluno tem, é preciso investigar seu histórico escolar, contexto familiar e cultural e, principalmente estar em sintonia com o professor regente, para poder escolher os apoios, recursos e equipamentos mais adequados para eliminar as barreiras que impedem aquele aluno de aprender na turma comum. Tanto é assim, que segundo a Nota técnica nº 4/ 2014, o laudo clínico não é obrigatório e sim complementar, quando a escola achar necessário uma vez que se trata de atendimento pedagógico e não clínico.

Além disso, a escola inclusiva deve possuir algumas características além de um espaço físico adaptado às necessidades especiais. Segundo Romeu Sassaki em seu livro *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (1997), há algumas características fundamentais na construção desse ambiente escolar para receber

os alunos e fazer com que se sintam incluídos, muitas delas são de ordem subjetiva. **Um senso de pertencer**, seria a visão e filosófica de que todas as crianças devem pertencer à escola e à comunidade e por isso devem aprender juntas. O diretor deve atuar com **liderança** e envolver-se de forma ativa para que a escola inteira atue no provimento estratégico. Uma escola com **padrão de excelência** é fundamental uma vez que os resultados altos na educação refletem nas necessidades individuais dos alunos. Participação e envolvimento dos alunos promovendo **colaboração e cooperação**. A ideia é inseri-los nas estratégias de apoio mútuo: aprendizado cooperativo, ensino em equipe, sistema de companheiro, coensino, ensino de iguais, equipe de assistência aluno-professor. Repensar também algumas posições e dar **novos papéis e responsabilidades** às funções que imaginávamos engessadas. Ou seja, os professores falam menos e assessoram mais, os psicólogos passam para a sala de aula atuando junto com os professores e o pessoal da escola começa a participar do processo de aprendizagem.

Um ponto fundamental é o diálogo, troca e **parceria com os pais**, trazê-los para participar ativamente das decisões e empreendimentos dentro da escola. A **acessibilidade** é fundamental. Tornar todos os ambientes acessíveis e oferecer, quando necessário, tecnologia assistiva. Dar a cada aluno a oportunidade de se desenvolver de acordo com ritmo e estilo individual de aprendizagem sem limitar uma única maneira para todos por meio de **ambientes flexíveis de aprendizagem**. Criar **estratégias baseadas em pesquisa**: adaptação curricular, instrução direta, ensino recíproco, aprendizado cooperativo, treinamento em habilidades sociais, ensino de iguais. A escola deve fugir dos testes padronizados e criar **novas formas de avaliação escolar** analisando o progresso de cada aluno. Além de oferecer cursos de aperfeiçoamento contínuo visando a melhoria dos conhecimentos e habilidades dos professores por meio do **desenvolvimento profissional continuado**.

São muitas exigências que fariam com que a escola se tornasse ideal. Por enquanto, o Brasil vem tentando colocar os alunos em sala de aula e, aos poucos, ir desenvolvendo um ambiente mais amistoso, mas também que promova o desenvolvimento dessas crianças.

## A TURMA DE ALUNOS ATÍPICOS

A turma observada dentro do Espaço Cria, um escola de classe média alta localizada na cidade do Rio de Janeiro e com bastante flexibilidade para

incluir alunos, não apenas com necessidades especiais, mas bolsistas também. A turma de Iniciação, que seria o correspondente aos primeiros anos do Ensino Fundamental e tinha 13 alunos, entre os quais sete eram atípicos, muitos ainda sem diagnóstico fechado. Recebendo acompanhamento externo de psicólogos, fonoaudiólogos e uma equipe interna de pedagogos e psicólogos.

A idade das crianças — entre sete e dez anos — e os alunos atípicos faziam da turma um pouco mais agitada que o normal. Geralmente o professor regente encontrou uma maneira especial de trabalhar com eles através da música. E a característica mais interessante dessa turma é que vieram juntos desde o Ciclo II. Portanto, as crianças estão integradas e acostumadas umas às outras. O Espaço Cria ainda não possui uma sala para Atendimento Educacional Especializado, mas o movimento entre a diretoria e a equipe pedagógica do Ciclo IV é de acolhimento e discussão das possibilidades de aprendizado para estas crianças. Esta turma especificamente possuía uma coordenadora própria, que fazia a articulação com os pais mostrando as possibilidades de aprendizado e evolução das crianças.

Então aqui já observamos algumas características que mostram o caminho para esta escola ser inclusiva: a liderança da diretoria, a parceria entre a equipe pedagógica, a tentativa de sempre pensar novos papéis e responsabilidades para os profissionais envolvidos com a turma e os ambientes flexíveis de aprendizagem. Quanto aos dois últimos itens, o Espaço Cria possui uma série de oficinas artísticas oferecidas aos alunos do ciclo IV para além de acessar seus outros tipos de inteligência, buscar novas formas de ensino-aprendizado. Entre elas oficinas de gastronomia, teatro, música, artes plásticas e brincadeiras tradicionais. Como o pátio da escola é enorme e integrado à natureza, essas crianças têm a possibilidade de explorar outros saberes e trabalharem a expressividade e o corpo. Já expliquei que era uma turma muito agitada e essas oficinas faziam com que pudessem fazer um trabalho de corpo integrado à natureza.

Dentro do Projeto Político Pedagógico da escola a proposta de inclusão a que se propõem é desenvolver um olhar individual para o desenvolvimento integral dessas crianças. Geralmente, a equipe pedagógica se reúne com os terapeutas que a criança tem fora da escola — psicólogos, psicomotricistas, terapeutas educacionais, fonoaudiólogos etc — e elencam em parceria os objetivos de desenvolvimento específico da criança para serem trabalhados dentro de suas possibilidades com base na BNCC e no currículo do Espaço Cria. Não existem os profissionais de Atendimento Educacional Especializado dentro da

escola, mas algumas crianças trabalham com profissionais particulares, pagos pelos pais. E, em casos de a criança precisar de muito auxílio e ser um bolsista, o Espaço Cria procura disponibilizar um profissional de educação para acompanhá-la individualmente.

Desta forma coletiva é construído um Plano Educacional Individualizado (PEI), que será atualizado periodicamente conforme a avaliação semestral do desenvolvimento da criança.

Há o cuidado para que a criança esteja integrada à escola, aprendendo e se desenvolvendo na companhia de outras crianças. (BENCHIMOL, 2021, p. 37).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta turma passou por muitas mudanças nos últimos meses. A coordenadora pedagógica por motivos familiares e de saúde precisou sair da escola e voltar para São Paulo. E, num último momento, o professor regente saiu também da escola. Uma das questões importantes para os alunos atípicos é a permanência e uma sensação de investimento e pertencimento. As mudanças não foram muito produtivas para a turma de Iniciação.

Com saída do regente, entrou uma nova profissional, mais especializada em inclusão e que estabeleceu novos combinados com a turma. A primeira mudança foi ter uma conversa sincera e explicar aos alunos que a turma não estava sendo abandonada e que havia um investimento especial nela. Contar aos alunos sobre as dificuldades que provavelmente eles estavam passando e falar abertamente da condição de cada um. Ela explicou então que para permitir que a turma avançasse era necessário que eles aprendessem a escutar e se escutar. A maioria desses alunos ainda não estava alfabetizada e conseguiram concluir a alfabetização em menos de um ano com a nova professora. O trabalho tem sido contínuo com a atenção da regente e o restante da equipe pedagógica, para dar as melhores condições de aprendizado a estes alunos.

No entanto vimos que mesmo sendo uma escola privilegiada, de classe média alta, o Espaço Cria ainda carece de muitas qualidades para ser considerada uma escola integralmente inclusiva. O terreno da escola ainda é muito acidentado, o que dificulta muito um aluno que tenha alguma deficiência física ou faça uso de cadeira de rodas, ou seja, a acessibilidade não é cem por cento. Não existe uma sala de Atendimento Educacional Especializado nem um profissional responsável pela sala, que possa participar dos projetos de desenvolvimento

individual para cada aluno. As estratégias de ensino baseadas em pesquisa ainda não estão plenamente desenvolvidas. O Espaço Cria faz grupos de pesquisa frequentes, mas nenhum por enquanto que tenha como foco estas crianças.

Há muita boa vontade para tentar mudar e dar o melhor atendimento possível, mas como acontece também nas escolas públicas ainda há um despreparo dos profissionais para isso. Uma das grandes chaves para se fazer uma educação inclusiva é ousar nos projetos pedagógicos e experimentar novas formas de ensinar e de desenvolver estas crianças. Mas há também uma urgência em investir na formação continuada de profissionais para que eles possam estar mais perto do que vem sendo testado, feito e dado resultados nessa área da educação. Daí é que provavelmente partirão novas propostas pedagógicas e, principalmente, novas formas de formatar a avaliação escolar, distante das provas padronizadas.

O Espaço Cria se destaca melhor na questão atitudinal. Essa turma formada por crianças tão diferentes está junta há muitos anos. Os laços de amizade, afetividade e aceitação já foram feitos entre os alunos. E nisso a escola realmente tem bastante êxito.

Uma das principais intenções do Espaço Cria é manter a criança junto ao seu grupo de colegas de forma que ela se sinta feliz, integrada e pertencente. E depois de tudo que este grupo de crianças passou juntas, observa-se que foi a amizade e união entre elas que fez com que conseguissem transpôr as barreiras e mostrar que o amor e a confiança também são enormes aliados quando o assunto é inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Mariana. **Projeto Político Pedagógico do Espaço Cria**. Espaço Cria, Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação especial. **Nota técnica nº 4/2014**, Brasília: MEC, 2014.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Como a inclusão acontece nas escolas brasileiras. **Todos pela educação**, São Paulo, 12 abri. 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-inclusiva-como-a-inclusao-acontece-nas-escolas-brasileiras/>. Acesso em: 25 set. 2024.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão promove justiça – entrevista com Maria Teresa Êgler Mantoan. **Nova Escola**, São Paulo, 01 maio 2005. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>. Acesso em: 24 set. 2024.

MARTINS, Ana Rita. Bullying contra alunos com deficiência. **Nova Escola**, São Paulo, 01 dez. 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1458/bullying-contra-alunos-com-deficiencia>. Acesso em: 24 set. 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 22, n. 57, maio-ago, 2010.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MARANHE, Elisandra André. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. *In: CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Prática em Educação Especial e Inclusiva*. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/284714615\\_EDUCACAO\\_ESPECIAL\\_HISTORIA\\_ETIOLOGIA\\_CONCEITOS\\_E\\_LEGISLACAO\\_VIGENTE](https://www.researchgate.net/publication/284714615_EDUCACAO_ESPECIAL_HISTORIA_ETIOLOGIA_CONCEITOS_E_LEGISLACAO_VIGENTE). Acesso em: 24 set. 2024.

NAVELAIKO, Patrícia. A inclusão nas escolas: por que vemos mais alunos com deficiência hoje em dia? Curitiba, **Gazeta do Povo**, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/educacao-e-midia/a-inclusao-nas-escolas-por-que-vemos-mais-alunos-com-deficiencia-hoje-em-dia/>. Acesso em: 26 set. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, ano XII, mar./abr., 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Lavartus Prodeo, 2019.